

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

Edição nº 813

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletins.....	2
Avisos.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	3
Boletins de Pessoal	4
Súmulas de contratos.....	4
Editais.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	5
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 75/2011

Altera o Provimento nº 74/2011, que declara hóspede oficial do Estado, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º O art. 1º do Provimento nº 74/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É declarado hóspede oficial do Estado, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2011, o Senhor Gerson D’Agord Schaan, Coordenador-Geral Substituto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que participará da Palestra sobre o Conselho do Controle de Atividades Financeiras (COAF) – Papel e Funcionamento, na qualidade de palestrante.”

Art. 2º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2011.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 557/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE
Juarez Amaral Cademartori	3443132/1	08 03 %	27/10/2011
Nanci Elisete Carvalho	3447928/1	07 03 %	04/10/2011

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de novembro para os funcionários dos quadros de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.

BOLETIM N.º 558/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE:**

DELEGAR

- à Procuradora de Justiça ANA LUIZA MERCIO LARTIGAU, Coordenadora da Procuradoria de Recursos, ID n.º 3424030, a atribuição de receber citações e intimações oriundas dos Tribunais Superiores, cuja destinatária é a Procuradoria-Geral de Justiça (Port. 3626/2011).

DESIGNAR

- o Promotor de Justiça Dr. GILMAR BORTOLOTTI, ID nº 3427960, para, na condição de representante desta Instituição, firmar Termo de Cooperação entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, a Defensoria Pública e a OAB, Seccional do Rio Grande do Sul, objetivando instituir o Fórum Interinstitucional Carcerário do Estado do Rio Grande do Sul. (PR.00001.02741/2011-1 - Port. 3661/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 813

AVISO N.º 63/2011

Cientifico que, o Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
3266-0900/11-2	1630	Escola E. E. Fundamental Dr. José Athanásio de São Jerônimo	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3273-0900/11-6	1632	Brigada Militar de São Jerônimo – Corpo de Bombeiros	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3272-0900/11-3	1631	Prefeitura Municipal de São Jerônimo	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3271-0900/11-0	1628	Presídio Estadual de São Jerônimo	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3270-0900/11-8	1627	Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos – Conselho Tutelar	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3269-0900/11-0	1629	Prefeitura Municipal de São Jerônimo – Conselho Tutelar	Equipamento de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 3678/2011

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** publicar esta portaria, para determinar, com fulcro no artigo 203 da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, o **ARQUIVAMENTO** do Procedimento Administrativo de Sindicância, **SPU.PR.01055.00209/2011-4**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de novembro de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 3679/2011

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** no uso de suas atribuições legais, decidiu **INDEFERIR** o Pedido de Reconsideração relativo ao Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar, **SPU.PR.01055.00090/2011-8**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de novembro de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**BOLETIM N.º 559/2011**

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- a contar de 24 de outubro de 2011, o servidor VAINÉ JORGE DA SILVA JÚNIOR, Adido Brigada Militar, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 3634/2011).

- a contar de 24 de outubro de 2011, o servidor TACIANO DE LIMA FIATT, Adido Brigada Militar, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 3635/2011).

- a contar de 24 de outubro de 2011, o servidor MARCELO DA SILVA BUENO, Adido Brigada Militar, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 3636/2011).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 3286/2011, que nomeou REGIS PARISI LEGRAMANTI, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 3630/2011).

- a Portaria n.º 3303/2011, que nomeou PAULO ELISEU WEBER, para exercer o cargo de Técnico Superior de Informática, deste órgão (Port. 3632/2011).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, AISLAM GOULART GOMES, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sexto (6º) lugar na Lista de Classificação da Região Planalto (Port. 3631/2011).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, RAFAEL PALUDO SCALABRIN, para exercer o cargo de Técnico Superior de Informática, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o trigésimo (30º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3633/2011).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, DOUGLAS FREITAS COSTA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o segundo (2º) lugar na Lista de Classificação da Região da Serra (Port. 3637/2011).

ALTERAR

- o nome da servidora Graziela Bueno Zandoná, para GRAZIELA BUENO ZANDONÁ MALHÃO, em face da prova apresentada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 3057-09.00/11-7
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 52/11**

CONTRATADA: RODRIGO JOSÉ PEDRON; **OBJETO:** prestação de serviço de lavagem e manutenção, incluindo a troca de peças necessárias, das cortinas existentes no prédio do

Palácio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, localizado nesta Capital, na Praça Marechal Deodoro, n.º 110, Centro; **VALOR TOTAL:** R\$ 8.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 54/02, 47/05 e 33/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de novembro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 4264-09.00/10-6
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 35/10**

CONTRATADA: ELEVADORES CTS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 143/10, por 12 (doze) meses, a contar de 17 de novembro de 2011; reajuste do valor do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 143/10, a contar de 17 de novembro de 2011, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 6,95%, passando a vigorar a quantia de R\$ 641,70 (seiscentos e quarenta e um reais e setenta centavos) mensais; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, inc. II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusulas quinta, item 5.5, e décima segunda, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de novembro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 3027-09.00/11-1
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 51/11
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

CONTRATADA: LTA – RH INFORMÁTICA COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.: aquisição do item abaixo discriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	MICROCOMPUTADOR ESTAÇÃO DE TRABALHO	587	DELL/OPTI- PLEX 390 DT	R\$ 2.049,00

VALOR TOTAL: R\$ 1.202.763,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5228; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 813

10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33/08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO N.º 4261-09.00/10-8

CONTRATADA: ELEVADORES CTS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 146/10, por 12 (doze) meses, a contar de 17 de novembro de 2011; reajuste do valor do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 146/10, a contar de 17 de novembro de 2011, com base na variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 6,95%, passando a vigorar a quantia de R\$ 1.058,80 (mil e cinquenta e oito reais e oitenta centavos) mensais; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 57, inc. II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusulas quinta, item 5.5, e décima segunda, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 299/2011 REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>) a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 300/2011 Resultado do Edital nº 290/2011 – REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA

RA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.01041/2011-2, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº.290/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 301/2011 Resultado do Edital nº 291/2011 – REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.01043/2011-8, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº. 291/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 10/2011 - CAOMA

A COORDENADORA DO CENTRO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

SÃO LUIZ GONZAGA

1) **Inquérito Civil nº 00894.00069/2011**, da Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, pela Promotora de Justiça Dinamárquia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais oriundos do uso de fogo em área agropastoril, fora da área de preservação permanente, mas sem licença do órgão ambiental competente, em propriedade situada na Localidade de Linha Nova Florida, na zona rural do Município de Dezesseis de Novembro/RS.

2) **Inquérito Civil nº 00894.00071/2011**, da Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, pela Promotora de Justiça Dinamárquia Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais oriundos do uso de fogo área agropastoril e em área de campo nativo, fora da área de pre-



servação permanente e sem licença do órgão ambiental competente, em propriedade situada às margens da BR-285, nas proximidades do armazém do Foletto, no interior deste Município de São Luiz Gonzaga/RS.

3) Inquérito Civil nº 00894.00072/2011, da Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, pela Promotora de Justiça Dinamária Maciel de Oliveira, com a finalidade de apurar ocorrência de danos ambientais oriundos da extração de cascalhos nas Localidades de Rincão dos Brandão, na propriedade de Floriano Estevam Dutra Filho e na propriedade de Martin Teres Pelentir, na Localidade de Igrejinha.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2011.

MARTA LEIRIA LEAL PACHECO,

Coordenadora do Centro de Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 06/2011 - CAOIJ

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação.

AGUDO

1. Inquérito Civil nº 00710.0000/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo, para apurar eventuais irregularidades na administração do abrigo transitório Amor Perfeito, localizado na localidade de Rincão Despraiado, em Agudo, consistente com a prática de maus-tratos contra os acolhidos.

ALVORADA

1. Inquérito Civil nº 00935.00043/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada, para apurar a precariedade no atendimento educacional especializado (inclusivo) de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas regulares municipais.

ARROIO GRANDE

1. Inquérito Civil nº 00716.00019/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, para apurar irregularidades na destinação de recursos públicos na educação infantil em Arroio Grande nos anos de 2008 e 2009.

CAMPINA DAS MISSÕES

1. Inquéritos Cíveis instaurados através das Portarias ns. 11/2011, 12/2011 e 13/2011, pelo Promotor de Justiça Gustavo Fava Ferrari, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões, em substituição, para verificação da existência e regularidade das normas de convivência escolar (Parecer 820/2009 do CEE/RS), nas escolas da rede pública municipal

e estadual, e da rede privada dos municípios de Campina das Missões, São Paulo das Missões e Cândido Godói.

CANGUÇU

1. Inquérito Civil nº 00738.00013/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas em Termos de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil nº 16/2001.

CAPÃO DA CANOA

1. Inquérito Civil nº 00949.00060/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Araújo Simões, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, para averiguar eventual precariedade na estrutura das escolas municipais de Xangri-Lá.

CAXIAS DO SUL

1. Inquérito Civil nº 00748.00155/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para verificar a necessidade de ampliação de vagas de ensino fundamental no bairro Desvio Rizzo.

2. Inquérito Civil nº 00748.00163/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, tendo por objeto a "Nova FICAI".

3. Inquérito Civil nº 00748.001612011, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, para investigar a necessidade de formação de equipe técnica interdisciplinar no C A S E M I – Centro de Atendimento Socioeducativo -, de Caxias do Sul.

CERRO LARGO

1. Inquéritos Cíveis instaurados através das Portarias ns. 007/2011, 008/2011, 009/2011, 010/2011 e 011/2011, pelo Promotor de Justiça Gustavo Burgos de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, para verificação da existência e regularidade das normas de convivência escolar (Parecer 820/2009 do CEE/RS), nas escolas da rede pública municipal e estadual, e da rede privada dos municípios de Cerro Largo, Salvador das Missões, São Pedro do Butiá, Roque Gonzales e Ubiretama.

DOM PEDRITO

1. Inquérito Civil nº 00759.00016/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, para implementar o cumprimento do art. 58 § 1º da Lei nº 9.394/1996 na rede municipal de ensino.

2. Inquérito Civil nº 00759.00016/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, para adequar o fornecimento de transporte escolar aos alunos portadores de necessidades especiais no Município de Dom Pedrito.

ESPUMOSO

1. Inquérito Civil nº 00765.00014/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com o fim de investigar deficiências no serviço de atendimento psicológico, por parte do Município de Espumoso.

2. Inquérito Civil nº 00765.00014/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, para verificar a existência de conta vinculada



ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ESTEIO

1. Inquérito Civil nº 00767.00007/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, para investigar a falta de vagas na educação infantil.

ESTRELA

1. Inquérito Civil nº 00770.00021/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, da Promotoria de Justiça de Estrela, para investigar a falta de uma entidade de abrigo, seja por convênio, seja diretamente pelo Município, ou, ainda, pelo fomento a famílias acolhedoras no próprio município, frente a existência de crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade, nos termos do art. 98 e 101 do ECA.

FELIZ

1. Inquérito Civil nº 00773.00024/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomano Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, para averiguar oferta irregular de vaga em creche.

GARIBALDI

1. Inquérito Civil nº 00776.00022/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, para apurar situação de risco a alunos da EMEF Visconde do Cairu pelas más condições da quadra de esportes, de responsabilidade do Município de Garibaldi.

GETÚLIO VARGAS

1. Peça de Informação nº 00780.00024/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, para investigar eventual desvio no objeto das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade executadas no Município de Erebangó.

GRAVATAÍ

1. Inquérito Civil nº 00783.000015/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar dificuldade na renovação do cartão TEU para o transporte escolar.

2. Inquérito Civil nº 00783.000022/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar a implantação do serviço de fonoterapia nos Municípios de Gravataí e Glorinha.

3. Inquérito Civil nº 00783.000023/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar as condições estrutural e organizacional da EEI Branca de Neve.

4. Inquérito Civil nº 00783.000024/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar a falta de veículos para o transporte escolar de alunos residentes na área rural e/ou com deficiência.

5. Inquérito Civil nº 00783.000031/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, da Promotoria de Justiça de Gravataí, para investigar a venda de bebida alcoólica de adolescente no estabelecimento comercial "Fiesta Club".

6. Inquérito Civil nº 00783.000120/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Tatiana Alster, para investigar venda de bebida alcoólica de adolescentes no estabelecimento comercial

al "Pub Way".

GUARANI DAS MISSÕES

1. Inquéritos Cíveis instaurados através das Portarias 19/2011 e 20/2011, pelo Promotor de Justiça Gustavo Fava Ferrari, da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões, para verificação das existência e regularidade das normas de convivência escolar (Parecer 820/2009 do CEE/RS), nas escolas da rede pública municipal e estadual, da rede privada dos Municípios de Guarani das Missões e Sete de Setembro.

HORIZONTINA

1. Inquérito Civil nº 00791.00004/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Raquel Marchiori Dias, da Promotoria de Justiça de Horizontina, para investigar a falta de segurança no embarque e desembarque de alunos junto à Escola Municipal Monteiro Lobato.

IJUÍ

1. Inquérito Civil nº 00793.00003/2011, instaurado pelas Promotoras de Justiça Rosélia Vasconcelos Brusamarello e Roberta Morillos Teixeira, da Promotoria de Justiça de Ijuí, para adotar medidas para resguardar crianças e adolescentes durante o evento da Expojuí Fenadi 2011, em especial quanto ao acesso a bebidas alcoólicas, o ingresso em shows e outros fatores de segurança envolvendo crianças e adolescentes.

OSÓRIO

1. Inquéritos Cíveis nº 01212.00017/2011, 01212.00018/2011, 01212.00019/2011, 01212.00021/2011 e 01212.00022/2011, instaurados pela Promotora de Justiça Cristiane Della Múa Corrales, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, para prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos dos adolescentes, cuja entrada em estabelecimento comerciais do Município é indevidamente permitida, considerando o que dispõe o artigo 54, III, da Lei Municipal nº 3.147/99, combinado com o artigo 81, II e III, do ECA.

PASSO FUNDO

1. Inquérito Civil nº 00820.00146/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar a necessidade de disponibilização de atendimento e acompanhamento adequado durante a oitiva de crianças/adolescentes na condição de vítima.

2. Inquérito Civil nº 00820.00155/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para apuração de eventual infração aos direitos das crianças e/ou adolescentes que frequentam a boate Beehive.

3. Inquérito Civil nº 00820.00165/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar eventuais irregularidades nos atendimentos de saúde – psicológicos, psiquiátricos, médicos – prestados pela Secretaria Municipal de Saúde a crianças e adolescentes.

4. Inquérito Civil nº 00820.00173/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar irregularidades quanto ao serviço de ambulância/carro para o transporte de crianças e adolescentes.

5. Inquérito Civil nº 00820.00174/2011, instaurado pela Pro-



motora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar a presença de crianças e adolescentes nas redondezas da Empresa Britas Calheirão.

6. Inquérito Civil nº 00820.00183/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para acompanhar as medidas implementadas pela municipalidade para a readequação das entidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

7. Inquérito Civil nº 01136.00007/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para apuração de irregularidades na estrutura física do prédio da Escola de Educação Infantil Estrela da Manhã.

8. Inquérito Civil nº 01136.00008/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para apuração de irregularidades na estrutura física do prédio da Escola Estadual de Ensino Médio Eulina Braga.

9. Inquérito Civil nº 01136.00009/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar existência/insuficiência de vagas na Educação Infantil – creche e pré-escola, no Município de Água Santa.

10. Inquérito Civil nº 01136.00011/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar existência/insuficiência de vagas na Educação Infantil – creche e pré-escola, no Município de Santa Cecília do Sul.

11. Inquérito Civil nº 01136.00012/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar existência/insuficiência de vagas na Educação Infantil – creche e pré-escola, no Município de Vila Lângaro.

12. Inquérito Civil nº 01136.00013/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar existência/insuficiência de vagas na Educação Infantil – creche e pré-escola, no Município de Tapejara.

13. Inquérito Civil nº 01136.00014/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar existência/insuficiência de vagas na Educação Infantil – creche e pré-escola, no Município de Mato Castelhano.

14. Inquérito Civil nº 01136.00015/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar existência/insuficiência de vagas na Educação Infantil – creche e pré-escola, no Município de Pontão.

15. Inquérito Civil nº 01136.00016/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar existência/insuficiência de vagas na Educação Infantil – creche e pré-escola, no Município de Charrua.

16. Inquérito Civil nº 01136.00017/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promo-

toria de Justiça de Passo Fundo, para verificar existência/insuficiência de vagas na Educação Infantil – creche e pré-escola, no Município de Coxilha.

17. Inquérito Civil nº 01136.00018/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para verificar existência/insuficiência de vagas na Educação Infantil – creche e pré-escola, no Município de Ernestina.

18. Inquérito Civil nº 01136.00019/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para averiguar a situação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Arlindo de Souza Mattos, em relação à ausência de local adequado para o desenvolvimento de suas atividades educacionais.

19. Inquérito Civil nº 01136.00020/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Ana Cristina Ferrareze Cirne, da Promotoria de Justiça de Passo Fundo, para apuração de eventual contratação irregular de professores na Escola Municipal de Ensino Fundamental Romana Gobbi

PELOTAS

1. Inquérito Civil nº 01134.00006/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, para apurar a amplitude da oferta de educação infantil em Pelotas e nas demais cidades que compõe a Promotoria Regional de Educação.

PORTO ALEGRE

1. Inquérito Civil nº 00834.00053/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, para averiguar existência e/ou estabelecimento de políticas públicas para atendimento de casos de alunos que apresentem dificuldades escolares, em razão de problemas de saúde física ou mental, vinculados a escolas da rede pública em Porto Alegre.

2. Inquérito Civil nº 00834.00055/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, para averiguar funcionamento e adequação de estabelecimento na modalidade de escola de educação infantil.

3. Inquérito Civil nº 00834.00057/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Roque Weiller, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em substituição, para averiguar funcionamento e adequação de estabelecimento na modalidade de escola de educação infantil.

4. Inquérito Civil nº 00834.00061/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Roque Weiller, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em substituição, para averiguar a existência ou implementação de política pública, bem como sua efetiva aplicação, para tratar de questões na área da educação sexual nas escolas locais (tanto públicas com privadas).

5. Inquérito Civil nº 00834.00063/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Roque Weiller, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em substituição, para averiguar denúncia de irregularidade no atendimento aos alunos do Colégio Marista Ipanema.

6. Inquérito Civil nº 00834.00062/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Roque Weiller, da 9ª Promotoria de



Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em substituição, para averiguar irregularidades na administração da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ayrton Senna da Silva.

7. Inquérito Civil nº 00834.00047/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em substituição, para verificar a rede de proteção a crianças e adolescentes implantadas na região para a qual foi transferida a "Vila Dique", em especial no que tange aos serviços de saúde, escola e assistência social.

8. Inquérito Civil nº 00834.00058/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Denise Casanova Villela, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, tendo por objeto o estabelecimento de políticas públicas para atendimento de crianças e adolescentes indígenas em situação de rua ou vulnerabilidade social em Porto Alegre.

9. Inquérito Civil nº 00834.00060/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Roque Weiller, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em substituição, para averiguar o cumprimento das normas que restringem a exibição de filmes a crianças e adolescentes, por parte dos Cinemas GNC Iguatemi e Cinemark Barra Shopping Sul.

10. Inquérito Civil nº 00834.00064/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Edes Ferreira dos Santos Cunha, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, para investigar a venda do medicamento Viagra ao público adolescente.

11. Inquérito Civil nº 00834.00052/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em substituição, para verificar a existência de trabalho infantil dentro dos veículos de transporte escolar da Capital.

12. Inquérito Civil nº 00834.00068/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre da Silva Loureiro, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em substituição, para averiguar as condições de funcionamento da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mané Garrincha CIEP Esportivo.

13. Inquérito Civil nº 00834.00069/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre da Silva Loureiro, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, em substituição, para averiguar denúncia de abusos sexuais ocorridos aos alunos nas dependências da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Pacífico.

14. Inquérito Civil nº 00834.00071/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, para averiguar procedimentos adotados pela Escola Estadual Almirante Barroso em relação à aluna, em razão de suposta ocorrência de episódios de podem caracterizar "bullying", conforme fatos descritos.

15. Inquérito Civil nº 000834.00075/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, para averiguação acerca de condições de acessibilidade de alunos portadores de necessidades especiais na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Violeta Magalhães.

16. Inquérito Civil nº 00834.00078/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da 9ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre, para averiguar o ingresso de adolescentes desacompanhados de pais/responsáveis na Danceteria Café Cord, investigar sobre a venda de bebidas alcoólicas e cigarros a menores de 18 anos de idade no Posto de Gasolina Bela Vista (Posto Shell), bem com a permanência de jovens em suas dependências consumindo essas substâncias.

17. Inquérito Civil nº 000834.00076/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, para averiguação de procedimentos adotados pela Escola Estadual Érico Veríssimo em relação à denúncia de agressão sexual e psicológica aos alunos daquela entidade, praticada por professores.

18. Inquérito Civil nº 000834.00079/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, para averiguação da regularidade dos procedimentos adotados pelo CMDCA e FMDCA para o descredenciamento da Creche Te Rezinha para receber auxílio financeiro do FUNCRIANÇA.

19. Inquérito Civil nº 000834.00080/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Synara Jacques Buttelli, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, tendo por objeto orientar as escolas da rede pública e privada de ensino nas comunicações ao Conselho Tutelar competente, acerca do adequado encaminhamento de problemas envolvendo alunos, com base no artigo 12, da Lei nº 8.069/90.

RIO GRANDE

1. Inquérito Civil nº 00852.00108/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Luciara Robe da Silveira Pereira, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, para averiguar suspeita de irregularidades na gestão do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

RIO PARDO

1. Inquérito Civil nº 00855.00035/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Christine Mendes Ribeiro Grehs, da Promotoria de Justiça de Rio Pardo, tendo por objeto "notícia de fechamento do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, previsto para 31.12.2011, em prejuízo dos cerca de 514 alunos".

ROSÁRIO DO SUL

1. Inquérito Civil nº 00856.00029/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, para investigar a situação da educação infantil (creche e pré-escola) no Município de Rosário do Sul, no que pertine ao acesso (vaga suficientes, distribuição de instituições e oferta em horário integral) e ao padrão de qualidade (qualificação profissional, convênios e estrutura física).

SANTA CRUZ DO SUL

1. Inquérito Civil nº 00861.00064/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Danieli de Cassia Coelho, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, para apurar irregularidades no fornecimento de transporte escolar aos alunos residentes na Entrada Macuco, em Santa Cruz do Sul.

2. Inquérito Civil nº 00861.00031/2011, instaurado pela Pro-



motora de Justiça Danieli de Cassia Coelho, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, para apurar as condições físicas e logísticas do serviço do Conselho Tutelar de Santa Cruz do Sul e respectiva correspondência da municipalidade em custeá-los.

3. Inquérito Civil nº 00861.00040/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Danieli de Cassia Coelho, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, para apurar possível frequência de adolescentes e crianças, durante horário escolar, nas dependências de "lan house" no município.

SANTA MARIA

1. Inquéritos Cíveis instaurados através das Portarias ns. 1/2011 à 17/2011, pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, tendo como objeto averiguar a existência, a composição e o funcionamento do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, bem como a utilização das verbas recebidas pelos Municípios de Dilermando Aguiar, Quevedos, Santa Maria, Itaara, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi, Cacequi, Capão do Cipó, Itacurubi, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Vicente do Sul e Unistalda.

2. Inquérito Civil nº 01138.00018/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, para averiguar a existência de transporte escolar público para os alunos do meio rural que frequentam o ensino médio.

3. Inquérito Civil nº 00864.00139/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com o fim de investigar comunicação de conduta inadequada de Conselheira Tutelar em exercício no Conselho Tutelar de Santa Maria.

4. Inquérito Civil nº 00864.00148/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Antônio Augusto Ramos de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com o fim de investigar problemas com a conduta de Conselheira Tutelar em exercício no Conselho Tutelar de Itaara.

SANTA ROSA

1. Inquérito Civil nº 00868.00041/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, tendo por objeto "criação e operacionalização de Casa de Passagem para abrigo temporário de crianças e adolescentes em situação de risco.

SANTO ÂNGELO

1. Inquéritos Cíveis instaurados através das Portarias ns. 40/2011, 41/2011, 46/2011 e 47/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, para verificação da exploração do trabalho infantil por empresa.

2. Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 45/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, tendo por objeto "construção e/ou melhorias do espaço de lazer das crianças e adolescentes no Bairro Sepé Tiarajú".

3. Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 49/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Santo Ângelo,

para verificação da qualidade de ensino oferecido e o fomento de práticas pedagógicas para superação do elevado índice de reprovação na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Paulo.

4. Inquéritos Cíveis instaurados através das Portarias ns. 51/2011, 52/2011, 55/2011 e 59/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Santo Ângelo, tendo por objeto "atendimento educacional especializado aos alunos portadores de deficiência (art. 208, III, da CF) e implantação de sala de recursos adequadas na Escola Estadual Edi Tereza Flores Lippert, Escola Técnica Presidente Getúlio Vargas, Instituto Estadual Odão Felipe Pippi, Escola Cecenista Sepé Tiarajú e no Instituto Cecenista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA".

5. Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 54/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Santo Ângelo, para verificação da regularidade do estabelecimento Escola de Educação Infantil Arco-Íris.

6. Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 56/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, tendo por objeto "a implantação de atividade de educação no Presídio Regional de Santo Ângelo e no Albergue Estadual de Santo Ângelo".

7. Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 53/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Santo Ângelo, tendo por objeto "verificação da regularidade dos estabelecimentos de educação privada do Município de São Luiz Gonzaga".

8. Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 58/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Santo Ângelo, para averiguar notícia de que "criança, após o término de seu horário de aula, não foi apanhada em seu educandário pela empresa responsável pelo transporte escolar, qual seja, Pillat Turismo Ltda".

9. Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 50/2011, pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, para verificação da exploração de trabalho infantil, na "Agência TRol Sul Model's".

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

1. Inquérito Civil nº 00875.00034/2011, instaurado pelo Promotor Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, para investigar frequência e permanência de crianças e adolescentes em estabelecimentos de diversões eletrônicas (lan houses).

SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES

1. Peça de Informação nº 00947.00018/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Dinamácia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões, com o fim de investigar acerca dos procedimentos e rotinas do transporte para alunos da rede pública estadual, quanto a pontualidade para o atendimento/cumprimento dos horários de aulas.

SÃO BORJA



1. Inquérito Civil nº 00878.00018/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça de São Borja, para investigar notícia de que o transporte escolar que passa em localidade no interior do Município, não iria mais passar, sendo que cinco crianças que moram na localidade teriam de caminhar 11 (onze)km a fim de pegar a condução para a escola.

SÃO LUIZ GONZAGA

1. Inquérito Civil nº 00894.00068/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, para investigar comportamento público de Conselheiro Tutelar do Município de São Nicolau.

SÃO VICENTE DO SUL

Peça de Informação nº 00779.00023/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, para apurar a inexistência de atendimento psicopedagógico às crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais.

SAPUCAIA DO SUL

1. Inquérito Civil nº 00902.00001/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Alice Conceição Sanchonete, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, para investigar problemas na instituição Casa-Lar Abrigo Meu Refúgio, aumento do muro, ampliação do Abrigo e carência de pessoal.

2. Inquérito Civil nº 00902.00005/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Alice Conceição Sanchotene, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, para investigar a conduta de conselheira tutelar, ante a existência de notícia de irregularidades quanto à sua atuação profissional, bem como em face de seu possível envolvimento em ocorrência de lesões corporais contra seu sobrinho, menor de idade.

3. Inquérito Civil nº 00902.00006/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Alice Conceição Sanchonete, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, para investigar a morosidade no repasse da subvenção municipal às entidades vinculadas à Infância e Juventude de Sapucaia do Sul.

4. Inquérito Civil nº 00902.00007/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Alice Conceição Sanchonete, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, para investigar suposta morosidade na lista de espera para atendimento de crianças e adolescentes junto ao CAM e ao CESAME.

5. Inquérito Civil nº 00902.00009/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Alice Conceição Sanchonete, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, para investigar irregularidades no Programa "Mais Educação" da Escola Júlio Ströher desta Cidade.

6. Inquérito Civil nº 00902.00010/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Alice Conceição Sanchonete, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, para investigar a existência de escola irregular, localizada na Rua Dona Ecilda, 447.

7. Inquérito Civil nº 00902.00011/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Alice Conceição Sanchonete, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, para investigar irregularidades no fornecimento da alimentação escolar do Instituto

de Educação Estadual Rubem Dário.

TAPERA

1. Inquérito Civil nº 00909.00014/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, da Promotoria de Justiça de Tapera, para averiguar ausência e/ou deficiência na inspeção e desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação de produtos de origem animal adquiridos e destinados pelo Município de Tapera à merenda escolar dos alunos da rede público de ensino, escolas municipais e estaduais.

2. Inquérito Civil nº 00909.00015/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, da Promotoria de Justiça de Tapera, para investigar possível lesão ao direito de criança, portadora de doença respiratória crônica, decorrente do excesso de fumaça produzida por chaminé de lareira e fogão da residência do investigado.

TORRES

1. Inquérito Civil instaurado através da Portaria 70/2011, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, para investigar possível omissão do Poder Público Municipal de Arroio do Sal no tocante ao mínimo existencial para uma vida digna de crianças e adolescentes residentes na Localidade de Figueirinha, a exemplo da ausência de fornecimento de energia elétrica e de rede de abastecimento de água, sendo que na referida localidade encontram-se famílias de baixo poder aquisitivo vivendo em condições precárias, malferindo-se o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

URUGUAIANA

1. Inquérito Civil nº 00921.00006/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena, da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana, para apurar o fornecimento de bebidas alcoólicas a adolescentes em festas promovidas pela União dos Estudantes de Uruguaiiana.

2. Inquérito Civil nº 00921.00007/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena, da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana, para adoção de medidas materiais necessárias ao bom funcionamento do Conselho Tutelar de Barra do Quaraí.

3. Inquérito Civil nº 00921.00008/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Renata Pinto Lucena, da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana, para apurar denúncia de falta de qualidade das aulas ministradas por professor nas disciplinas de Língua Portuguesa, nas redes estadual e municipal de ensino.

4. Inquérito Civil nº 00921.00009/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Correa de Barros, da Promotoria de Justiça de Uruguaiiana, em substituição, para apurar a conduta de professor, que em tese, estaria assediando suas alunas.

VIAMÃO

1. Inquérito Civil nº 00930.00120/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, em substituição, da Promotoria de Justiça de Viamão, para investigar ocorrência de infração administrativa prevista no art. 250, do ECA,



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 17 de novembro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 813

constando como investigado o estabelecimento comercial que atua sob o nome de Motel Sensação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2011.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.